

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/87

O tráfico ilícito e o uso indevido de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas surgiram em Portugal, com importância significativa e assinalável amplitude, no início dos anos 70.

Ao longo da década, adensou-se a generalizada preocupação perante um flagelo que, entre nós, como na generalidade dos países, tarda em ser vencido e em denotar, sequer, consistentes indícios de retrocesso.

De facto, recorrendo a alguns indicadores indirectos — únicos que facultam o conhecimento, ainda que aproximado, da dimensão de um fenómeno deste tipo —, inevitavelmente se concluirá que a situação inspira sérios cuidados: bastará referir a circunstância de haver quadruplicado, nos últimos cinco anos, o número de presumíveis traficantes detidos ou identificados (148 em 1982 e 597 em 1986) e de haver quase quintuplicado o volume das drogas apreendidas (cerca de 1,2 t e de 5,7 t, respectivamente em 1982 e 1986).

Por conseguinte, admitindo embora que grande parte dela se destina a transitar para outros países, a droga tem vindo a ser crescentemente introduzida no território nacional, sendo diversificada a sua origem, variados os locais de entrada e diferentes os circuitos utilizados para a sua cada vez mais alargada distribuição interna.

Acresce, como suplementar motivo de preocupação, que ao aumento de droga introduzida em Portugal tem vindo a associar-se uma não menos inquietante alteração qualitativa, traduzida na apreensão, em volume cada vez mais significativo, das chamadas drogas «duras» (cerca de 0,75 kg de heroína em 1982 e 18,8 kg em 1986; cerca de 4,3 kg de cocaína em 1982 e 164,6 kg em 1986).

São desastrosos, para os indivíduos e para a comunidade, os prejuízos decorrentes desta situação, sabido como é que a droga mina, degrada e corrompe, não apenas a saúde (física e mental) de cada toxicómano, mas — através do tráfico, da prostituição, do roubo e da corrupção — a robustez do próprio tecido social e o vigor das suas instituições.

Porque assim é, consciente da enorme complexidade do problema, o Governo assume o firme propósito de desenvolver um amplo e coerente conjunto de iniciativas, susceptíveis de contribuir para inverter a tendência, estatisticamente comprovada, de progressivo agravamento da situação.

A execução das acções a empreender impõe a necessidade de uma adequada articulação interdepartamental, no sentido de responder às questões colocadas nas três vertentes que devem integrar um plano de luta contra a droga: a informação e sensibilização do cidadão, o tratamento, reabilitação e inserção social do toxicómano e o combate ao tráfico.

Deste modo, sob a coordenação do Ministro de Estado, participarão no seu desenvolvimento os Ministérios da Defesa Nacional, das Finanças, da Administração Interna, da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, da Educação e Cultura, da Saúde e do Trabalho e Segurança Social e a Secretaria de Estado da Juventude.

Nestes termos:

O Conselho de Ministros, reunido em 31 de Março de 1987, resolveu aprovar um plano integrado de combate à droga, contemplando as seguintes medidas:

A) Acções no domínio da prevenção da toxicomania

1 — Desenvolvimento de um plano de prevenção em meio escolar visando os seguintes objectivos:

1.1 — Introdução, nos programas escolares, de conteúdos respeitantes ao consumo de droga, ao alcoolismo, ao tabagismo e ao uso indevido de medicamentos;

1.2 — Introdução de tais matérias nos programas de formação — inicial e contínua — dos professores do ensino básico e secundário;

1.3 — Formação de equipas de prevenção em meio escolar.

2 — Formação de operadores de prevenção, mediante a realização de cursos e seminários, destinados a associações de pais e estudantes, professores, animadores juvenis, técnicos de saúde (nomeadamente médicos de clínica geral), monitores de formação profissional e graduados das Forças Armadas.

3 — Acções de informação destinadas ao público, em especial aos jovens e aos pais: difusão de esclarecimentos — com recurso à televisão, rádio, imprensa escrita e outros meios adequados —, tendo em vista a sensibilização de largos sectores da população até agora privados de informação bastante a respeito da droga, das razões que determinam o seu consumo, dos perigos que envolve e das estruturas e modalidades de apoio disponíveis.

4 — Como entidades mais claramente habilitadas para uma adequada divulgação do material informativo, serão privilegiadas as escolas, as associações de estudantes e de pais, os centros de saúde e as farmácias, as instituições religiosas, as autarquias, os sindicatos e os quartéis.

5 — Com o propósito de prevenir a propagação da SIDA entre os toxicómanos, este grupo de risco será objecto de particular atenção no que respeita à divulgação de esclarecimentos sobre os perigos de transmissão da doença.

6 — Realização de acções de sensibilização para os problemas ligados ao uso/abuso de droga, destinadas aos profissionais da comunicação social, em colaboração com as respectivas associações de classe.

7 — Desenvolvimento, nomeadamente nas zonas urbanas e suburbanas mais carenciadas, de programas de ocupação de jovens em risco, proporcionando-lhes o exercício de actividades e iniciativas próprias que os motivem para o interesse colectivo e para o aproveitamento salutar e útil dos seus tempos livres.

8 — Acções de sensibilização e informação para estudantes do ensino superior.

9 — Criação de um serviço telefónico especial e gratuito para prestação imediata de esclarecimentos genéricos, despieste de problemas e seu encaminhamento para os serviços competentes.

B) Acções no domínio do tratamento, reabilitação e inserção social dos toxicómanos

10 — Reestruturação dos serviços do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, no propósito de obter uma maior cobertura de todo o

território, prevendo-se a abertura de novos centros ou núcleos de intervenção directa.

11 — Entrada em funcionamento de uma unidade hospitalar de emergência para toxicómanos e aproveitamento de parte das suas instalações para o estabelecimento de um serviço de desintoxicação e de um centro de atendimento, a tempo inteiro.

12 — Reforço da colaboração entre o Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga e a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, por forma a poder garantir, também, o atendimento dos toxicómanos em estruturas do Ministério da Saúde.

13 — Intensificação dos meios tendentes a promover o tratamento dos toxicómanos reclusos.

14 — Ponderada introdução de novas metodologias de tratamento que se revelem técnica e cientificamente mais adequadas.

15 — Criação de centros de encontro e acolhimento, em regime de «porta aberta», garantindo fácil acesso aos toxicómanos, privilegiando-se a acção das instituições particulares de solidariedade social.

16 — Lançamento de programas visando a reinserção social dos ex-toxicómanos, nomeadamente através da sua integração no mercado de trabalho, mediante o desenvolvimento de acções específicas de formação, treino e aperfeiçoamento profissionais.

17 — Concessão, com idênticos propósitos, de incentivos às entidades públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos) que proporcionem a sua admissão.

18 — Apoio técnico e financeiro às instituições e entidades que desenvolvam projectos nos campos do tratamento e da reabilitação sócio-profissional dos toxicómanos, em condições e termos a regulamentar.

19 — Realização de um estudo epidemiológico, tendo em vista o conhecimento da incidência e da prevalência do consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas.

20 — Realização de outros estudos visando conhecer as tendências da prescrição médica daquelas substâncias, a interacção entre a droga e outros fenómenos (criminalidade, rendimento escolar, estrutura familiar, trabalho ...) e o levantamento da situação actual sobre o nível de infecção pelo vírus da SIDA entre os toxicómanos.

C) Acções no domínio do combate ao tráfico

21 — Constituição de um grupo operacional e de coordenação dos diversos serviços, corpos e organismos envolvidos no combate ao tráfico.

22 — Melhoria da recolha e do tratamento da informação, visando, privilegiadamente, a luta contra os grandes traficantes e a identificação dos bens de fortuna resultantes do tráfico, de forma a possibilitar a sua apreensão e perda para o Estado.

23 — Realização, com carácter preventivo, de operações conjuntas das diversas forças e serviços, com especial atenção à vigilância e fiscalização das zonas circundantes dos estabelecimentos de ensino, designadamente casas de jogo, bares ou recintos de diversão.

24 — Reforço do controle das fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, com recurso a meios e equipamentos tecnicamente idóneos.

25 — Divulgação, pelos meios mais adequados, das penas previstas na lei portuguesa para o tráfico de droga.

26 — Reforço do controle de encomendas postais oriundas do estrangeiro, com respeito pela garantia de inviolabilidade da correspondência.

27 — Melhoria das condições de actuação dos serviços alfandegários, alargando-se a área que lhes está destinada, designadamente nos aeroportos.

28 — Reforço dos meios da Polícia Judiciária afectos à investigação do tráfico de droga e criminalidade afim, bem como instalação dos respectivos serviços em edifício adequado.

29 — Planeamento e execução de um sistema diversificado de acções de formação e de especialização, contemplando os diversos serviços, corpos e organismos envolvidos no combate ao tráfico.

30 — Celebração de acordos ou convénios bilaterais com outros países, com vista ao desenvolvimento de medidas articuladas que possam contribuir para conter o tráfico de droga.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 180/87

de 21 de Abril

Tem o presente diploma uma finalidade prevalentemente declarativa. É, na verdade, evidente que, no que respeita à obrigação de manter sigilo quanto aos factos da vida da empresa, os titulares dos órgãos de fiscalização das empresas públicas estão adstritos ao estatuto que vale para as sociedades. Se alguma dúvida subsistisse quanto a tal regra deontológica, ela adviria da remissão supletiva feita no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril.

Acontece, no entanto, que esse dever de resguardo tem vantagem em ser explicitado, até porque, como contrapólo, constitui um direito estabelecido em favor da própria empresa e dos interesses que lhe cabe prosseguir.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. Os titulares dos órgãos de fiscalização das empresas públicas a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, estão vinculados ao dever de guardar sigilo sobre os factos da vida da empresa de que tenham conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Fevereiro de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Mário Ferreira Bastos Raposo*.

Promulgado em 7 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 8 de Abril de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.